



Ofício nº 504/2024-DGP

Maceió-AL, 9 de julho de 2024.

A Sua Ex.^a o Senhor
MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS
Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas
Praça Dom Pedro II, S/N, Centro
CEP: 57.020-900 – Maceió/AL

Assunto: **DECISÃO MONOCRÁTICA.**

Senhor Presidente,

1. De ordem do Senhor Conselheiro Presidente **Fernando Ribeiro Toledo**, encaminhamos a V. S^a., em anexo e sob **AR**, cópia da **DECISÃO MONOCRÁTICA.**, relatada pelo Conselheiro **Otávio Lessa de Geraldo Santos**, referente ao processo nº. TC-2839/1996, para ciência conforme determinado no item “b” do referenciado decisório.
2. Por oportuno, ressalto que eventual **resposta ao presente ofício** deverá ser remetida ao relator no portal do jurisdicionado, no seguinte endereço eletrônico: <https://portaletce.tceal.tc.br/>.
3. Atenciosamente,


Franklin Adriano Cardoso de Barros
Diretor de Gabinete da Presidência

/sln

Processo nº	TC – 2839/1996
Anexo:	
Unidade:	FUNDO DE SAÚDE DO ESTADO DE ALAGOAS – FUSAL
Responsável:	ROSIVALDO QUEIROZ SOARES
Assunto:	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Versam os autos, sobre a **Prestação do Fundo de Saúde do Estado de Alagoas – FUSAL** referente ao **exercício financeiro de 1994**, sob a gestão e responsabilidade do então Secretário **Sr. Rosivaldo Queiroz Soares**.
2. No processo, consta o relatório de análise da referida Prestação de Contas, Relatório **AFO-DFASEMF Nº 073/1996**, emitido em 26/12/1996, pela Diretoria responsável pela fiscalização das Autarquias, Sociedade de Economia Mista e Fundações. No corpo do relatório, foram detectadas irregularidades, porém a diretoria de fiscalização responsável pela análise não se manifestou conclusivamente sobre tais achados.
3. É o relatório.
4. De início, destaco, que este Gabinete possui entendimento firme, no sentido de flexibilizar a análise das Prestações de Contas de Governo e de Gestão, quando de uma possível citação, para oferta de defesa ou quanto ao encaminhamento de alguma documentação pendente estiver obstaculizada pelo decurso do tempo.
5. Proferi diversas decisões e pontuei que a razoável duração do processo, em cotejo com outros valores espalhados nas Prestações de Contas de Governo e de Gestão, deve ser prestigiada, em atenção à segurança jurídica, bem como, ao contraditório e a ampla defesa. No caso em tela, trata-se de **processo de Prestação de Contas de Gestão**.
6. A efetivação do contraditório fora do prazo razoável de duração do processo ofende o direito de defesa.
7. Sensível a esta situação, o Tribunal Pleno deliberou pela aprovação da **Resolução Normativa nº 13/2022**, no dia **23.08.2022**, publicada na edição do **Diário Oficial Eletrônico do TCE/AL**, de **25.08.2022**, que Dispõe Sobre o Reconhecimento da Impossibilidade Material de Julgamento de Mérito em Processos de Contas e dá outras providências.

8. Compulsando os autos, verifica-se, que o caso em desate, atrai a incidência da **Resolução Normativa a 13/2022 do TCE/AL**. Porquanto, é processo que necessita de diligências, por ter ingressado nesta Corte de Contas, há mais de 05 (cinco) anos.

9. Para ilustrar, cito o normativo:

Art. 2º Os processos de contas de gestão que ingressaram no TCE-AL antes da vigência da Resolução Normativa n. 06/2022 deverão ser arquivados, com exceção dos que, cumulativamente, contem com menos de 5 (cinco) anos na data de publicação deste normativo e vierem a ser definidos por ato expedido pela presidência da Corte; o mesmo se aplica aos processos de fiscalização ordinária de licitações e contratos preconizados nos arts. 131 a 139 do Regimento Interno do TCE-AL.

10. Em razão do exposto, **O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO TC – 2839/1996**, é a medida cabível.

11. Diante do relatado, **DECIDO**:

a. **PUBLICAR** a presente Decisão Monocrática no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em atendimento ao disposto arts. 3º, 4º e 5º da Lei Estadual n. 7.300/2011;

b. **ENCAMINHAR** a cópia desta Decisão Monocrática, à Presidência deste Tribunal de Contas, para tomar as medidas necessárias, no sentido de dar conhecimento do inteiro teor desta Decisão, ao Gestor à época, **Sr. Rosivaldo Queiroz Soares**, como também, ao **Poder Legislativo Estadual de Alagoas**, de acordo o disposto no **Art. 5º da Resolução Normativa nº 13/2022 do TCE/AL**;

c. **REMETER** o processo ao Ministério Público de Contas, para a devida e necessária ciência, em atenção ao **Art. 3º da Resolução Normativa nº 13/2022 do TCE/AL**, e, em ato contínuo, retornar os autos ao Gabinete do Conselheiro – Relator;

d. **DETERMINAR**, após a ciência do Parquet de Contas, conforme está descrito no **Art. 1º da Resolução Normativa nº 13/2022 do TCE/AL**, o **arquivamento do processo TC – 2839/1996** na Diretoria de Fiscalização das Autarquias, Sociedade de Economia Mista e Fundações – **DFASEMF**, em local reservado para esta finalidade, **pelo prazo de 02 (dois) anos**, a contar da

data da publicação desta Decisão Monocrática no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no Art. 3º, §1º da citada Resolução Normativa;

e. **TRANSCORRIDO** o prazo definido no § 1º, do Art. 3º da Resolução Normativa nº 13/2022 do TCE/AL, e caso não seja constatada a interposição de nenhum recurso em face desta Decisão Monocrática, os autos deverão ser **DESCARTADOS**, observadas as disposições constantes na Resolução Normativa nº 02/2021 do TCE/AL, aprovada na Sessão Plenária do dia 02/03/2021, publicada na edição do Diário Oficial Eletrônico do TCE/AL, na mesma data, que Instituiu o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades Meio e Fim no Âmbito do TCE/AL, e demais cautelas legais, conforme o Art. 3º, § 2º da Resolução Normativa nº 13/2022 do TCE/AL.

Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, GABINETE DO
CONSELHEIRO OTÁVIO LESSA DE G. SANTOS, em Maceió, 06 de fevereiro de 2024.

Conselheiro **OTÁVIO LESSA DE G. SANTOS** – Relator